

Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação¹

Mary Jane Paris Spink
Peter Kevin Spink

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a trajetória que leva da inserção do cotidiano como foco de pesquisa às problematizações recentes sobre lugar e território. São abordados três momentos distintos de reflexão acerca do cotidiano, trabalhados como “viradas” conceituais com implicações metodológicas. Iniciamos abordando sucintamente a “virada para o mundo vivido” nas décadas de 1960-1980. A seguir, apontamos para uma segunda virada que provém de discussões na geografia e na teoria social sobre “lugar” e, mais tarde, sobre “território”, nas suas vertentes de “território vivido” e território de vivência”. Propomos que estamos vivenciando uma terceira virada, que tem por foco redes heterogêneas e cadeias de associações entre humanos e não humanos, decorrentes de aproximações com a Teoria Ator Rede e com a discussão atual na geografia a respeito de multiterritorialidades. Finalizamos comentando a importância de se repensarem as posturas de investigação quando localizamos a pesquisa no cotidiano.

Palavras-chave: Cotidiano. Lugar. Território. Redes de associação. Práticas discursivas.

Researching (in) everyday life in social research: reflections about the notion of place, territories and networks of association.

Abstract: This paper discusses the path taken by social research on everyday life from its initial adoption to the more recent problematization of place and territory. Three moments are discussed in which concern with everyday research seems to “turn” conceptually and also methodologically. It begins by briefly remembering the first turn to the “lived in world” in the decades from 1960- 1980. It follows with a second turn, stimulated by discussions in geography and social theory about place and, later, territory, especially in relation to the territories of everyday living. It goes on to argue that there is currently a third turn in progress, which has as its focus the everyday seen as heterogeneous networks and associations between humans and non-humans, that result both from the arguments of Actor Network Theory and proposals in geography about multi-territoriality. The paper finishes by discussing the importance of rethinking approaches to investigations when research is carried out in/on everyday life.

Keywords: Everyday. Place. Territory. Networks of association. Discursive practices.

¹ Versão reformulada da apresentação na Mesa Redonda sobre “Pesquisa na/com a Vida Cotidiana”, I Congresso Internacional de Educação, Uniso, outubro de 2016.

Introdução

Estamos no campo 24 horas por dia, como propõe Peter Spink (2003), mas estamos no cotidiano? Que cotidiano seria este? Há um local definido, ou o local deu lugar a uma rede de associações que se conectam em distintos tempos e espaços? Estaríamos adentrando um novo ciclo de propostas sobre pesquisa no cotidiano?

São estas questões que estimularam a escrita deste artigo, que agrega diversos de nossos trabalhos anteriores e a experiência recente, desde 2013, com a Estação de Pesquisa Urbana M'Boi, iniciativa do Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas, que reúne pesquisadores de diferentes universidades e organizações de base comunitária em torno da temática das vulnerabilidades urbanas (www.fgv.br/ceapg). M'Boi é um território vasto que engloba dois distritos da Prefeitura Regional de mesmo nome, na zona sul do Município de São Paulo. Juntos compreendem 60km², onde habitam cerca de 650.000 pessoas – comparável à população estimada de Sorocaba, o nono maior município paulista, embora sem equipamentos equivalentes – situados em uma zona de proteção ambiental: os mananciais da Represa Guarapiranga. Há nesse território, pelo menos, 50 áreas classificadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT, como de risco, algumas com o mais alto grau: risco 4.

Iniciamos o artigo abordando resumidamente o que podemos chamar de primeira virada para o cotidiano – a “virada para o mundo vivido” – que teve um impacto importante quanto à pesquisa qualitativa na pesquisa social (GOFFMAN, 1956/2006; GARFINKEL 1967; DE CERTEAU 1996, entre muitos outros). Em seguida, apontamos para uma segunda virada que provém de discussões na geografia e na teoria social sobre “lugar” e, mais tarde, sobre “território”, nas suas vertentes de território vivido (SANTOS, 2005) e “territórios de vivência” (KOGA; ALVES, 2010). Afinal, se somos nós que performamos o cotidiano, estas práticas não ocorrem no ar, mas em lugares que constituem também parte desse mesmo “fazer acontecer”.

Para aprofundar esta discussão, relatamos resumidamente um dos estudos de caso abordados por Mary Jane Spink (2014) como parte da pesquisa acerca de moradias em áreas de risco cujos múltiplos eixos, incluindo as dimensões de materialidades, apontam e dão suporte a uma terceira virada. Esta nova virada tem por foco as redes heterogêneas e as cadeias de associações entre humanos e não humanos decorrentes de aproximações com a Teoria Ator Rede (LAW; HASSARD, 1999) e com a noção de versões que são performadas em locais distintos

(MOL, 2002). Destacaremos, nesse enquadre, as ligações com a discussão atual na geografia no que se refere às multiterritorialidades (HAESBAERT, 2016).

Na parte final do artigo, comentamos a importância de se repensarem as posturas e métodos de investigação, quando localizamos a pesquisa no cotidiano. Com esta finalidade, descrevemos a experiência da Estação de Pesquisa Urbana M'Boi Mirim como uma alternativa às modalidades de investigação mais ortodoxas que possam ser mais adequadas aos desafios da terceira virada, que é a tratada neste artigo.

A virada para o mundo vivido

Hoje, é difícil imaginar uma discussão na pesquisa social que relegue o cotidiano meramente ao terreno das rotinas diárias e, portanto, de pouca relevância diante dos grandes eventos estruturantes e institucionais das sociedades contemporâneas. Mas a virada para “o mundo real”, conforme a expressão usada na época, somente teve início na segunda metade do século XX e, com mais força, nas décadas de 1960-1980. Na Psicologia Social, por exemplo, questionávamos o paradigma experimental com base em estudos laboratoriais, e a ênfase passou a ser em pesquisas realizadas nos locais em que os fenômenos “de fato” ocorriam: nas ruas, nas comunidades, nas feiras, nas fábricas, nas instituições de ensino, nos hospitais psiquiátricos, nas prisões. Ou seja, pesquisar o cotidiano como lugar de vida, de competência e de ação. Algo parecido ocorreu na América Latina, no rechaço ao que ficou chamado de psicologia social norte-americana e no fortalecimento de modalidades de pesquisa participante nas comunidades (MONTERO, 2006).

A “virada para o mundo vivido” não foi restrita à Psicologia Social e nem foi ela que teve papel de liderança teórica. Muitos estudos importantes foram realizados por membros da Escola de Chicago e provinham das discussões sobre interacionismo simbólico, em que se buscou traduzir para as questões urbanas contemporâneas os métodos da nova antropologia. Autores como Erving Goffman (1956/2006) e Harold Garfinkel (1967) foram chave nessa virada, demonstrando que o cotidiano é repleto de conhecimentos, habilidades, estratégias e métodos, influenciando outros teóricos, tais como Pierre Bourdieu (1994) e Anthony Giddens (1979). Na Antropologia, os estudos de redes sociais foram cruciais para dar visibilidade a uma sociedade em movimento (BOISSEVAIN, 1974) e destacar múltiplas linguagens do cotidiano (BLOCH,

1977). A despeito dos argumentos pioneiros de Antonio Gramsci (1978) sobre a competência cotidiana (os intelectuais orgânicos), autores marxistas, como Agnes Heller (1972), e mesmo de outras bases filosóficas, como Michel De Certeau (1996), embora tenham reconhecido a centralidade do cotidiano, tiveram dificuldade em conceder aos atores cotidianos algo mais do que uma capacidade de reação tática. O importante aqui não é propor que esta ou aquela posição seja a melhor, a mais correta ou favorável, mas de reconhecer que, tal como na virada linguística (IBAÑEZ, 2004), o resultado desse burburinho de autores e estudos foi a concepção de um cotidiano muito mais rico em variedade e em acontecimento, mais compatível com a discussão acerca da sociedade vivida. Temos discutido diferentes dimensões desses processos em outros textos, incluindo o ponto de vista metodológico (SPINK, 2007, 2016; SPINK, 2000, 2008).

Mas, afinal, o que é cotidiano? Talvez a melhor resposta seria perguntar “com que cotidiano eu vou?” Se considerarmos a origem latina do termo, *quot dies*, o cotidiano é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o transformador e o repetitivo. Na busca de uma resposta inicial, podemos entender cotidiano como aquilo que está dentro da gama normal de possibilidades. Rotinas são partes das possibilidades, porém, ao contrário do que alguns continuam pensando, o cotidiano não é sinônimo de rotina. Escovamos os dentes todas as manhãs, é uma rotina. Vamos trabalhar e dependemos de ônibus, mas, às vezes, os ônibus estão em greve. Há dias em que chove bastante, e o córrego perto da casa alaga e as ruas ficam intransitáveis. Há dias que fazemos coisas bem diferentes e, não raro, coisas bem diferentes acontecem; ações e eventos que não são previsíveis, mas que estão na gama de possibilidades e expectativas. Morando em São Paulo, em 2017, não esperamos ter que correr para um abrigo por causa de um alerta de bombardeio. No entanto, ir dormir nas estações do metrô de Londres (o *Underground*) fazia parte do cotidiano de muitas pessoas, durante a década de 1940.

A virada para o lugar

Uma das questões cruciais na “virada para o mundo vivido” foi a noção de tempo. Talvez não fosse esse o foco de teorizações para Erwin Goffman ou Harold Garfinkle, por estarem mais preocupados com as interações cotidianas; mas certamente foi para os historiadores. Para a história, refletir o cotidiano representou “uma reformulação radical do ângulo de visão do

historiador comum [...] pela valorização da realidade ‘banal’, da história de todos e de cada um, por oposição à grande História celebrativa dos grandes homens e dos grandes feitos” (GUARINELLO, 2004, p. 23).

Uma das tentativas de abordar o cotidiano do ponto de vista da história foi feita por Fernand Braudel (1992) – historiador das estruturas do cotidiano – embora tenha mantido a separação clássica entre o tempo de longa duração da história e as condições de socialidade do cotidiano. Entretanto, Norberto Guarinello considera possível superar a dicotomia entre essa história de longa duração e o cotidiano “[...] se pensarmos cotidiano não como tipos específicos de ação ou como uma dimensão particular, individualizada, das interações humanas, mas como tempo plenamente histórico, no sentido de ser tanto o tempo do ‘acontecimento’ (no sentido tradicional) quanto do ‘não acontecimento’” (p. 25).

Para Mary Jane Spink (2010/2004, p. 46-47), a presença do passado no presente foi importante nas teorizações sobre práticas discursivas que integraram pelo menos três elementos temporais: a noção Bakhtiniana de vozes e dialogia; os conteúdos das trocas discursivas – os repertórios interpretativos – e a imbricação dos três tempos:

Tempo Longo: Domínio da construção social dos conteúdos culturais que formam os discursos de uma dada época. Constitui o espaço dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum.

Tempo vivido: Tempo de ressignificação desses conteúdos históricos, a partir dos processos de socialização. Tempo de vida de cada um de nós. Tempo da memória, traduzida em afetos, no qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identitárias.

Tempo curto: Tempo da interanimação dialógica e da dinâmica da produção de sentidos. É nesse tempo que se presentificam as diferentes vozes, ativadas pela memória cultural de tempo longo ou pela memória afetiva do tempo vivido.

O lugar é o encontro destes diferentes tempos, tanto em termos de suas materialidades quanto de socialidades: tudo acontece em lugares. Pode-se dizer – de maneira muito simples – que a virada para a pesquisa no lugar trouxe novas vertentes, cores e contextos para o cotidiano, mediante a discussão de seus aspectos sociais, técnicos, físicos e humanistas. Tal como a virada para o cotidiano, a virada para o lugar veio por meio de autores diversos – muitos provenientes da geografia – e de posições várias: marxista, estruturalista, quantitativa, qualitativa, humanista ou objetivista (para um resumo, ver HUBBARD; KITCHEN, 2011). Muito mais do que simplesmente físico, o lugar é relacional e humano. Milton Santos, que liderou grande parte da

discussão sobre lugar no Brasil (SANTOS, 2005), usou a noção de lugar como “território vivido” que Dirce Koga adaptou para a discussão territorial da assistência social como “territórios de vivência”, enfatizando a perspectiva de que:

o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida de populações. E o fato do território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial (KOGA; ALVES, 2010, p. 71).

Para a Psicologia Social, o lugar já estava presente nos trabalhos clássicos da psicologia ecológica de Roger Barker e Herbert Wright, que pesquisa o dia a dia das crianças e jovens numa cidade pequena do meio-oeste dos Estados Unidos por eles denominado de *naturally occurring behavior of 'free-ranging persons'*. Barker e Wright usavam a noção de *milieu*, expressão que engloba as pessoas, as condições físicas e sociais e os eventos que fornecem o ambiente em que alguém vive ou age; ou seja, o lugar em volta.

Fazemos compras em lojas, andamos de bicicleta nas ruas e calçadas e dançamos no salão da Legião Americana; varremos usando vassouras, misturamos com colheres e cortamos com facas. Quase nunca há mudança nesses acessórios; nunca andamos de bicicleta no salão da Legião Americana, não dançamos nas lojas e não fazemos compras nas ruas e calçadas. Não varremos com facas e nem misturamos com vassouras, ou cortamos com colheres. Denominamos a constelação de lugar-coisa-tempo ao qual um padrão de comportamento está associado de *milieu* não psicológico, ou simplesmente, *milieu* (1971, p. 8).

A virada para o lugar e, conseqüentemente, para um olhar de médio alcance, trouxe para os estudos sobre o cotidiano uma densidade de possibilidades e, em tempo, outras conexões. As abordagens estruturalistas e/ou críticas posteriores complexificaram essa vertente do espaço vivido, “lugares são portanto constituídos de múltiplas, entrecruzadas relações, sociais, políticas e econômicas, que dão origem a uma profusão de espacialidades” (HUBBARD; KITCHIN, 2011, p. 7). É o caso de John Urry (1995), que focaliza a maneira como o social, e sua expressão como lugar, é composto por um incessante fluxo de pessoas e materiais, reconcebendo as relações sociais como uma montagem densa de mobilidades. Decorre daí a abordagem da geografia relacional.

Há também tendências recentes que provêm de autores que buscam explorar a relação entre o local e o espaço (ou o global), seguindo, entre outras, as reflexões de Manuel Castells (sociedade em rede) (1996), Marc Augé (não lugares) (1995) e Zigmund Bauman (lugares sem lugar) (1998). É também aqui que podemos situar as contribuições da Teoria Ator-Rede, que

discutiremos mais adiante, como uma terceira virada associada à multiterritorialidade. Para ilustrar sua relevância, apresentamos uma breve síntese de um de nossos estudos de caso em M'Boi Mirim.

Remoções no Jardim Capela

O Jardim Capela está localizado no Jardim Ângela, periferia sul do Município de São Paulo. Em abril de 2012, a Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB, iniciou a terceira fase do Programa Mananciais que inclui 61 áreas de intervenção em 8 distritos do município; 28 destas áreas estão localizadas no Jardim Ângela, incluindo aí o Jardim Capela. Com este intuito, em 2013, houve a remoção de moradias localizadas precariamente à beira de um pequeno córrego. É um córrego sem nome, ocupado, como tantos outros na região dos mananciais da represa Guarapiranga, de forma desordenada. É um lugar passível de ser identificado no *Google Map* ou nas fotos aéreas tiradas nos sobrevoos que a Prefeitura Regional tem que fazer de modo a monitorar a ocupação de áreas de risco ou de áreas de preservação ambiental. Neste brevíssimo relato, três lógicas administrativas se fazem presentes.

Uma primeira lógica: a questão das áreas de risco obedece aos dispositivos da Lei 12.608 que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Decorre dela a obrigação de zelar para que o risco de desabamento e inundação fique sob controle das autoridades regionais. Essa lógica leva à óbvia necessidade de remoção de moradias situadas em locais que análises técnicas indicam serem áreas de risco. Remoções, ainda segundo esta lei, seriam compensadas financeiramente ou por meio de realocação dos moradores. Entra em cena, assim, a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável por cadastrar os moradores para eventual obtenção de moradia social. Mas entram em cena, também, defensores públicos que respondem à demanda da população quanto ao respeito aos seus direitos de posse.

A segunda lógica decorre da necessidade de preservação ambiental, sobretudo em uma região de mananciais relevante para o suprimento de água para a represa que abastece cerca de quatro milhões de pessoas residentes na zona Sudoeste da capital paulista, incluindo as regiões de Santo Amaro, Morumbi, Pinheiros e Butantã. O processo de ocupação desordenada das periferias do Município de São Paulo (assim como de outras cidades do País) resultou na ocupação das Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM) definidas nos planos diretores municipais.

Obviamente, muitas dessas ocupações ocorreram por meio de loteamentos que antecedem esses Planos Diretores. É aqui que se insere o cronograma de intervenções associadas ao Programa Mananciais. Trata-se de intervenções que demandam obras de vários tipos, como criação de parques lineares e projetos de urbanização, que implicam frequentemente em remoções como as que estavam ocorrendo no Jardim Capela.

A terceira lógica está associada aos vários projetos de urbanização das regiões periféricas, principalmente quanto às chamadas “moradias subnormais”, decorrentes de projetos da secretaria Municipal de Habitação. São justamente aquelas moradias que estão localizadas em áreas de risco, à beira de córregos ou em áreas de preservação invadidas. Busca-se, nesta lógica, trabalhar a partir do pressuposto de que algumas destas áreas já estão consolidadas, e aplica-se uma espécie de estratégia de “redução de riscos”. Porém, em muitos casos, essa lógica está igualmente informada por melhorias urbanas de grande porte, como ampliação de avenidas, instalação de corredores de ônibus ou mesmo de linhas de metrô. Mais uma vez, nos deparamos com a necessidade de remoções.

Em todos os casos, a experiência local daqueles afetados pelas remoções é abafada pela complexidade da rede heterogênea de atores que estão aí presentes. Basta mencionar as diversas secretarias de governo cujas ações pouco coordenadas se fazem presentes no local das remoções e somar a estas as outras instâncias, como o Ministério Público, a Defensoria, as ONGs que atuam na defesa dos direitos da população. Em suma, as remoções, em casos como as do Jardim Capela, estão sendo performadas simultaneamente em vários locais. No próximo item, discutiremos isso em termos de multiterritorialidade.

A virada para as redes de associações: versões, redes heterogêneas e multiterritorialidade

Todas as ações referidas (ou inações) resultam de decisões e debates que ocorrem em outros lugares: em departamentos de secretarias estaduais e municipais; no judiciário, em organizações internacionais, como o Banco de Desenvolvimento. Cada local produz suas versões sobre o córrego do Jardim Capela e as ações cabíveis.

A noção de versão é de difícil compreensão, pois se situa na interface de posicionamentos epistemológicos bastante distintos. De um lado, concerne à pluralidade de versões de atores humanos, postura que Annemarie Mol (1999) denomina de perspectivismo. Trata-se de uma

postura realista que parte do pressuposto de que a realidade é singular, apenas vista a partir de distintas perspectivas. Porém, em uma postura ontológica não realista, as versões remetem à multiplicidade de práticas, cada qual performando uma realidade distinta. Se há uma multiplicidade de práticas, conclui-se, então, que há uma multiplicidade de realidades, e a questão passa a ser compreender como essas diferentes realidades se conectam. Por exemplo, no hospital onde Annemarie Mol desenvolveu sua pesquisa, a arteriosclerose era performada de modos distintos na clínica, no departamento de patologia, no centro cirúrgico. Em cada local, as práticas envolviam uma diversidade de actantes, humanos e não humanos: pacientes, instrumentos, exames por imagens, dados epidemiológicos, preenchimento de formulários, e daí por diante (MOL, 2002).

Contudo, essas versões estão conectadas de alguma maneira, pois as diversas práticas que as performam estão inseridas em redes heterogêneas de entes humanos e não humanos. Rede, como indica a denominação sob a qual se abrigam teóricos que compartilham algumas dessas posturas, é uma noção central na Teoria Ator-Rede.

O termo “rede” tem significados diversos: (a) redes tecnológicas (como eletricidade e água) onde a circulação entre nodos é tornada compulsória, por meio de caminhos rigorosos que dão a certos nodos um caráter estratégico; (b) redes sociais, referidas às relações sociais de atores humanos (sua distribuição, proximidade, homogeneidade). Para a Teoria Ator-Rede, a noção de rede é mais próxima à de rizoma, na acepção de Deleuze e Guattari (1995): ao invés de pensar em superfícies (bidimensionais) ou esferas (tridimensionais) propõe-se refletir em termos de nódulos que podem ter tantas dimensões quanto são suas conexões. Ou seja, são definidos por sua característica fibrosa, aramada, capilar, mais do que em termos de níveis, camadas, territórios, estruturas ou sistemas. Desfazem-se, assim, certas dicotomias típicas de “redes”: longe/perto; escala grande ou pequena; dento/fora. O que resta são conexões – articulações entre elementos híbridos.

Essa capilaridade possibilita fazermos uma nova aproximação coma a geografia, desta vez não mais com noções de espaço e lugar, mas com territórios. Cabe aqui a distinção feita por Rogerio Haesbaert (2016), ao tratar de territórios-zona e territórios-rede. Na lógica zonal, permanecem critérios definidores tradicionais, sejam eles estruturais, como as fronteiras, ou vivenciais, como propõe a geografia relacional. A noção de lugar permanece, portanto, relevante. Contudo, os fluxos de mobilidade, intracidade e mundo afora, decorrentes das novas

configurações do capital globalizado, dos processos políticos extraterritoriais e das conexões propiciadas pelas novas tecnologias de comunicação, nos situam, simultaneamente, em múltiplos territórios. Ou seja, vivenciamos a articulação entre múltiplos territórios, cada qual com suas versões (no sentido de multiplicidade de práticas que as performam), alguns caracterizados como territórios-rede, outros como territórios-zona. Redes que precisam ser pensadas para além das redes heterogêneas da TAR, uma vez que seus tentáculos extrapolam fronteiras nacionais; são, pois, desterritorializadas.

Em suma, lugar, nessa terceira virada, é uma noção fluida. É uma malha de localidades conectadas de forma também fluida, cada qual com sua versão sobre aquele pequeno córrego que nos serviu como disparador para propor esta terceira virada nas pesquisas no cotidiano. Nas palavras de Bruno Latour (2005, p. 194): “O que foi designado com o termo “interações locais” é a montagem de todas as *demais* interações locais distribuídas em outros lugares no tempo e espaço, que foram trazidas para a cena por meio de cadeias de vários atores não humanos”.

Uma palavra (quase) final sobre as posturas e métodos de investigação

A noção fluida de uma malha de localidades requer repensar muitos aspectos do urbano, tanto em termos de conceitos, quanto em relação às práticas de investigação. Por exemplo, se tudo são lugares, desfaz-se a imagem da relação entre escala, hierarquia e poder à semelhança de uma matriosca onde o micro faz parte do pequeno, que faz parte do médio, e assim por diante. Conforme comenta Latour:

Se você se der a tarefa de seguir práticas, objetos e envoltórios, você nunca voltará a cruzar aquele abrupto limiar que, segundo teorias anteriores, emergiria entre o nível das interações “face a face” e aquele da estrutura social; entre o “micro” e o “macro”. Mundos sociais permanecem planos em todos os pontos [...]. Por exemplo, a sala de controle do tráfego de ônibus em Paris rege de fato a multiplicidade de ônibus, mas não saberia como constituir uma estrutura “acima” das interações entre motoristas de ônibus. É adicionada a essas interações. A antiga diferenciação entre níveis decorre somente de ignorar as conexões materiais que possibilitam que um lugar esteja conectado a outros e de acreditar apenas nas interações face a face (1996, p. 240).

Traduzindo para nosso território de inserções em M’Boi, não há razão para presumir que coordenações setoriais são elementos intermediários entre a cidade “centralizada” dos gabinetes e a cidade “descentralizada” das periferias. Há mapas pendurados nas paredes e nos computadores desses diferentes lugares que apoiam olhares que podem se imaginar em níveis distintos. Há

também planos e documentos, os assim chamados instrumentos de ordenamento territorial, que organizam os olhares do geral para o específico; porque o plano geral, “estruturante”, é sempre feito antes dos planos específicos.

Quase sempre essas “escalas”, em vez de ajudar a identificação de diversas localidades que se conectam diretamente ou via outros actantes (o portal de informações gerais da Prefeitura do Município de São Paulo, o prédio da Subprefeitura, agora chamada de Prefeitura Regional, de M’Boi, onde fica a sala de comunicações da Defesa Civil), acabam sendo separadoras verticais, como se fossem andares de uma pirâmide onde cada andar controla seu vizinho inferior e, por sua vez, é controlado pelo vizinho superior. Mas, pode-se perguntar qual é a lógica de escala, quais suas consequências para a visibilidade e invisibilidade dos lugares (para uma discussão sobre uma geografia sem escalas ver Marston, Jones e Woodward, 2005).

Como acadêmicos, somos também partes desses lugares diferentes, conectados fluidamente por humanos e não humanos. Portanto, não causa surpresa descobrir que a maneira como se discute e pesquisa o cotidiano também faz parte dessas versões anteriores de hierarquia, escala e poder. Afinal, falamos de políticas públicas produzidas por autoridades “centrais”, apoiadas por especialistas de gabinete, que serão implementados por “coordenações territoriais”; e há sempre um reconhecimento da importância dos servidores públicos da “linha da frente” que – estes sim – estão em contato com o cotidiano. Nós também, para usar o argumento de James Scott (1998), estamos acostumados a olhar, como faz o Estado, do geral para o específico, como se fosse uma cascata de escalas. Como pesquisadores, solicitamos autorização para conversar com servidores, visitamos instalações “no campo”, que são diferentes de reuniões na sede da Prefeitura ou de uma Secretaria. Assim, nós também ajudamos a consolidar versões de institucionalidade e seus diferentes pedaços de organização, que, muitas vezes, são partes do problema, mais do que a solução.

O trabalho do que hoje chamamos de Estação de Pesquisa Urbana M’Boi, começou quando um pequeno grupo de pesquisadores do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV/SP e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde da PUC/SP, decidiram localizar suas investigações na mesma base territorial. Eram pesquisas sobre coordenação intersetorial, sobre juventude e sobre moradias em áreas de risco. O grupo da FGV já havia tido contatos na região, alguns anos antes, ao ajudar uma organização de defesa de direitos, na busca de informações sobre o Programa Mananciais e os

recursos destinados ao fortalecimento da comunidade. Trabalhar no mesmo lugar permitiu compartilhar informações e reativar contatos, mas também buscar ser útil em relação às questões de base territorial. No início, retomamos contatos e chegamos ao Fórum em Defesa da Vida, que acontece sempre pela manhã, na primeira sexta-feira do mês, no salão da Paróquia dos Santos Mártires, no Jardim Ângela. O Fórum é um encontro suprapartidário, inter-religioso e democrático que agrega pessoas e membros de organizações, movimentos, coletivos e comunidades de base territorial, criado em 1996, quando o Jardim Ângela foi considerado pelo ONU como o lugar mais perigoso do mundo (120 homicídios por 100.000 habitantes).

Em cada reunião do Fórum, o início é o mesmo. Cada um se apresenta do jeito que quer e, no intervalo, há muita conversa. Foi assim que conhecemos missionárias que trabalham com comunidades em áreas de risco e líderes comunitários que fizeram questão de dizer que nós éramos bem-vindos, porque era muito importante falar sobre as dificuldades da região e tornar mais visíveis as demandas. Contudo, *“por favor, não façam como outros pesquisadores que vieram para cá, fizeram seus estudos e foram embora e, em muitos casos, nem sequer tivemos notícia dos resultados”*. Continuamos participando do Fórum; ajudamos quando solicitados, fornecendo dados e informações; agregamos mais pesquisadores, incluindo jovens da região, e identificamos mais de 40 trabalhos sobre o Jardim São Luís, o Jardim Ângela e regiões adjacentes que fazem parte agora de uma biblioteca virtual aberta, apoiada pela FGV, onde podem ser encontradas todas as informações coletadas sobre a região: nossos trabalhos em progresso, mapas, relatórios oficiais, teses de doutorado, de mestrado e trabalhos de conclusão de curso. Atualmente, fazem parte da Estação de Pesquisa sete programas e projetos de pesquisa, muito diferentes entre si, mas, em seu conjunto, apontam talvez para a importância ética, metodológica e teórica desta localização no mesmo território de investigações distintas. Os temas em estudo nos projetos principais são: conectividade de serviços com ênfase nas pessoas com deficiência; economia da cultura; microfinanças; agricultura urbana; moradia digna; moradias em áreas de risco; ações públicas culturais e socioeducativas, e mobilidade de mulheres.

A academia está acostumada a elaborar – e avaliar - programas de pesquisa, com base em um objetivo geral, posteriormente desdobrado em projetos e subprojetos, todos articulados coerentemente em termos acadêmicos. No nosso caso, dá-se o inverso: a coerência é territorial. São pedaços de questões do lugar, com suas socialidades e materialidades. Cada um se conecta – para retornar à imagem do rizoma – a um ou a outro nódulo e faz outras conexões. Sim, algumas

vezes fazemos entrevistas com consentimento informado e hora marcada, mas, em outras oportunidades, conversamos em fóruns, encontros, debates, na hora do café, ao andar na rua ou em reuniões com coletivos. Ocasionalmente, a possibilidade de seguir certas questões “cai no colo”, porque um de nós está num evento e um assunto aparece, ou acontece algo que rompe com o esperado. O ritmo de trabalho é mais lento quando se pesquisa o/no cotidiano, pois é mais complicado. Não é o programa de pesquisa que impõe o ritmo, é o lugar; ou melhor, a malha de lugares e suas múltiplas conexões.

Em São Paulo, a gestão municipal discute retirar o cobrador dos ônibus. Afinal, quase todo mundo usa o bilhete único de plástico recarregável e há leitura eletrônica nas catracas. Esta é uma discussão que parte do lugar da Secretaria de Finanças, na área de custos, ou de licitação, ou de outro lugar, provavelmente de um gabinete de assessores do prefeito, ou ainda, de conversas em bares e mesas de jantar, até mesmo com usuários de ônibus de linhas mais centrais, em corredores elegantes, durante a parte do dia mais calma. Conversas que versam sobre a irrelevância do cobrador. E há também bases de dados em computadores, calculadores, planilhas e, provavelmente, mapas. Em M'Boi, nas discussões no intervalo das reuniões, nas conversas eventuais, nas reuniões de grupo com mulheres sobre mobilidade e entre alunas de faculdades – inclusive na FGV – a conversa é outra. O cobrador dá segurança; à noite, as mulheres ficam perto do cobrador para evitar assédio; o cobrador sabe quando descer para chegar a um lugar que você busca pela primeira vez e qual ônibus deverá tomar depois; o cobrador é bom para conversar; dizer bom-dia, pedir para descer pela porta da frente (antes da catraca); deixar pessoas sem recursos entrarem pela porta traseira onde há mais espaço – afinal, ajuda a negociar mil e um pequenos aspectos do cotidiano, incluindo auxiliar pessoas com menos mobilidade, aquelas com sacolas de compras ou com crianças, além de movimentar a catraca. Aliás, é impossível falar sobre o ônibus paulista sem falar deste actante central – a catraca (Notas do caderno de PKS).

Referências

- AUGÉ, Marc. **Non-Places**. London: Verso, 1995.
- BARKER, Roger G.; WRIGHT, Herbert F. **Midwest and its children: the psychological ecology of an American town**. Connecticut, USA: Archon Books, 1971.
- BAUMAN, Zigmunt. **Globalization: the human consequences**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- BLOCH, Maurice. The past and the present in the present. **Man, New Series**, Great Britain, Man, v. 12, n. 2, p. 278-292, ago. 1977.
- BOISSEIVAIN, Jeremy. **Friends of friends: networks, manipulators and coalitions**. New York: St. Martin Press, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **Structures, habitus and practices**. Cambridge: Polity Press, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.
- Quaestio, Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017.

- GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.
- GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory**. London: Macmillan Press, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **Representação do eu no cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Edição original, 1956).
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim do território” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HUBBARD, Phil; KITCHIN, Rob (Ed.). **Key thinkers on space and place**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage, 2011.
- IBÁÑEZ, Tomas. O giro linguístico. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-49.
- KOGA, Dirce; ALVES, Vanice A. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 9, n. 9, p. 69-81, jul. 2010.
- LATOUR, Bruno. On interobjectivity. **Mind, culture and activity**, v. 3, n. 4, p. 228-245, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Reassembling the social**. New York: Oxford University Press, 2005.
- LAW, John; HASSARD, John (Ed.). **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publisher, 1999.
- MARSTON, Sallie. A.; JONES III, John P.; WOODWARD, K. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, NS, v. 30, n. 4, p. 416-432, dez. 2005.
- MOL, Annemarie. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, John; HASSARD, John. (Ed.). **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publisher, 1999. p. 74-89.
- MOL, Annemarie. **The body multiple**. London: Duke University Press, 2002.
- MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método em la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SCOTT, James C. **Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven Ct.: Yale University Press, 1988.
- SPINK, Mary Jane P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7-14, jan./abr. 2007.
- SPINK, Mary Jane P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Livro eletrônico. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Versão eletrônica de livro publicado pela EDIPUCRS em 2004.
- SPINK, Mary Jane P. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3743-3754, set. 2014.
- Quaestio, Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017.

SPINK, Mary Jane P. O cotidiano como foco de pesquisa na psicologia: o que há de novo nesse cenário? In: CORDEIRO, Rosineide; KIND, Luciana (Org.). **Narrativas, gênero e política**. Curitiba: CRV, 2016. p. 173-184.

SPINK, Peter K. Um lugar para o “lugar” na Psicologia. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 9., 2000, Serra Negra.

SPINK, Peter K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, maio/ago. 2003.

SPINK, Peter K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, edição especial, p. 70-77, 2008.

URRY, John. **Consuming places**. London: Routledge, 1995.

Mary Jane Paris Spink - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo | SP | Brasil. Contato: mjspink@pucsp.br

Peter Kevin Spink - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. São Paulo | SP | Brasil. Contato: peter.spink@fgv.br

Artigo recebido em: 14 set. 2017 e
aprovado em: 20 out. 2017.